



Patrimônio ou (apenas) lugar? Discursos e lembranças como uma maneira de inventariar: uma análise sobre o caso do povoado de salobra, cidade de Miranda/MS¹

Heritage or (only) place? Narrative and memories as form a inventories of way: an analysis of the case of salobra community, Mmiranda City/MC

Vinicius Martins de Oliveira*

*Arquiteto urbanista pela Faculdade de Letras, Artes, Comunicação e Ciências da Educação, da Universidade São Judas Tadeu (USJT). Atualmente é discente do programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural da Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Copedoc/DAF/Ipphan). Tem experiência na área de Projetos de arquitetura, com ênfase em Arquitetura hospitalar, Intervenção em Bens Culturais e Normati-

zação para áreas tombadas, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio cultural, cidade patrimônio, patrimônio histórico, paisagem cultural, políticas de preservação do patrimônio e educação patrimonial, gestão do patrimônio cultural, restauro de bens culturais. Atualmente encontra-se lotado na Superintendência do IPHAN em Mato Grosso do Sul, onde coordena os trabalhos referentes ao desenvolvendo as diretrizes para normatizar a área tombada do Complexo Ferroviário de Campo Grande.

Abstract

Os inventários de identificação contribuem para o levantamento de dados e a coleta de informações dos bens culturais protegidos ou a proteger. Desta forma, o objetivo neste artigo é discutir o conceito de lugar e patrimônio a partir do conhecimento sobre um povoado de pescadores não salvaguardado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Mato Grosso do Sul (IPHAN/MS), buscando entender se o mesmo apresenta alguma relevância para um eventual processo de patrimonialização, ou se apenas guarda sentidos mnemônicos muito próprios e identitários das pessoas que ali trabalham e moram. Para atingir esse objetivo, analisaram-se as formas como dois autores concebem a ideia de Lugar, primeiramente como experiência antropológica de associação de valores, depois como um conjunto de acontecimentos que incidem de forma intangível sobre ele, e por fim, a partir de uma ideia de apropriação do espaço como experiência de uso cotidiano.

Keywords: Patrimônio cultural; Políticas públicas; História Oral; Memória Coletiva; Povos Ribeirinhos

Resumo

The identification inventories contribute to data collection and information gathering of protected cultural property (or to be protected). The aim of this article is to discuss the concept of place and heritage from knowledge about a fisher's village not safeguarded by the National Institute of Historical and Artistic Heritage at Mato Grosso do Sul, seeking to understand whether it has any relevance for some patrimonialization process, or if it mnemonics senses and identity are owned only for the people who work there and live. To achieve this goal, we analyzed two authors different perspective (concept?) of place, first as an anthropological experience of association values, then as a set of events that relate to intangible form on it, and finally, from an appropriation of space idea as everyday experience.

Palavras-chave: Architectural Heritage; Public policies; Verbal History; Coletive Memory; Rive-rine People.

Introdução

Este texto realiza uma análise sobre as maneiras de se inventariar as referências culturais a partir de um olhar sensível ao conceito de Lugar. Partiu-se de uma perspectiva histórica que entendeu-se os Inventários de Identificação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), reconhecendo que eles representam uma importante parcela do trabalho realizado, das práticas de desenvolvimento das políticas de identificação, coleta de informações e pesquisas dos bens culturais brasileiros, empregando uma reflexão sobre a sua relevância com base no § 1º do Art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em que se afirma o compromisso do Poder Público juntamente com a comunidade, de promover a proteção do patrimônio cultural brasileiro a partir de uma série de instrumentos, sendo os Inventários um dos seus principais.

Além dos geógrafos que pesquisam sobre espaço e patrimônio, o artigo se propõe a analisar

o raciocínio proposto por uma autora que vem contribuindo sobremaneira para alguns temas ligados à disciplina antropológica, trata-se de Laurajane Smith e a questão da intangibilidade, identidade, memória e lembranças, desempenho, lugar e dissonância simbólica do espaço, utilizando estes conceitos sob diferentes aspectos dos usos patrimoniais.

O que se busca é, a partir de um estudo de caso aliado a uma interpretação do trabalho do IPHAN, busca-se ser possível compreender as relações existentes entre as instituições de preservação e o seu discurso autorizado de patrimônio (SMITH, 2006), refletindo sobre uma ideia clara sobre quem atribui valor aos bens e de que maneira isso influi nos seus significados e sentidos. Tal abordagem trata especialmente da disciplina geográfica relativa aos conceitos de espaço, território e lugar, e as suas contribuições nas práticas patrimoniais que induziram para novos enten-

1. Este trabalho foi produzido no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN (PEP/MP), com recursos financeiros do IPHAN na forma de bolsa e auxílio pesquisa no período entre 2015 e 2016, sob supervisão de André Vilela na Superintendência do IPHAN em Mato Grosso do Sul.

2. What makes these things valuable and meaningful – what makes them ‘heritage’, (...) are the present-day cultural processes and activities that are undertaken at and around them, and of which they become a part. It is these processes that identify them as physically symbolic of particular cultural and social events, and thus give them value and meaning. The traditional Western account of ‘heritage’ tends to emphasize the material basis of heritage, and attributes an inherent cultural value or significance to these things. Furthermore, the sense

of gravitas given to these values is also often directly linked to the age, monumentality and/or aesthetics of a place (2006. p.3, grifos meus).

3. In short, this book is about how the idea of heritage is used to construct, reconstruct and negotiate a range of identities and social and cultural values and meanings in the present (2006. p. 3 grifos meus).

4. Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFG) e do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Performances Culturais (UFG).

dimentos no campo do patrimônio. Sendo uma problemática relevante para a geografia, buscou-se um progresso teórico maior a partir de alguns apontamentos de Ferreira (2000), Massey (2008), Ribeiro (2011) e Tuan (2013).

Ao pensar a ideia de que todo patrimônio é intangível, Smith (2006) entende que ocorre uma desnaturalização sobre o pensamento comum em relação aos bens culturais, entendendo que mesmo quando eles apresentam uma natureza física, podem ser identificados por uma série de significados que lhe atribuam valores, como se esses locais e objetos não fossem inerentemente valiosos, nem carregassem um sentido inato, e sim fizessem parte de um processo cultural e uma série de atividades que são empreendidas sobre eles, e dos quais eles se tornam parte (idem, 2006). Inspirado nesta definição eu experimentarei tais reflexões com a leitura que será feita sobre o estudo de caso em uma comunidade ribeirinha de pescadores.

Ocorre que o patrimônio cultural sempre é associado ao processo constante de atribuição de valores, sendo muitas vezes difundida a ideia equivocada de que eles – os bens – possuam valor intrínseco. Tomemos novamente a ideia de Smith:

O que faz com que essas coisas sejam valiosas e significativas – o que o torna patrimônio (...) **são os processos culturais atuais e as atividades que são empreendidas sobre eles, e dos quais**

eles se tornam parte. São estes processos que os identificam como eventos sociais de valores culturais simbólicos, e, assim, dar-lhes valor e significado. **O ocidente tende tradicionalmente a enfatizar a ideia de patrimônio como uma base material, atribuindo significado de valor cultural inerente para as coisas.** Além disso, a sensação de seriedade dada a estes valores esta muitas vezes relacionada diretamente à idade, monumentalidade e/ou estética de um lugar (2006, p. 3, grifos meus)².

A conceituação da autora para o patrimônio se define então como algo que “é usado para construir, reconstruir e negociar uma gama de identidades e valores sociais e culturais e significados no presente” (2006, p. 3)³. Gosto de enfatizar que tal definição dialoga muito bem com algumas ideias de Izabela Tamasso⁴ quanto aos sistemas patrimoniais e culturais, o que induziria a sua existência – e permanência –, de acordo com a incorporação e apropriação social, ponto chave das indagações principais do presente texto.

Entendo que a noção de materialidade, ou fisicalidade (Smith 2006), atribuída ao patrimônio seja justamente o que permite que possamos mapeá-lo, pensando em um plano de gestão, preservação e estudos como um objeto, a “coisa tombada” é submetida então a convenções locais devidamente institucionalizadas, visto como necessário para atribuir alguns valores que irão validar a condição de algo como patrimônio, sendo

selecionados em um processo de produção meta cultural em que são apropriadas pelas políticas públicas vigentes, sendo vivenciados e geridos pelos criadores e detentores dessas referências e narrativas culturais (TAMASO, 2015).

Por outro lado, temos a definição de Lugar como uma extensão possível da ideia de patrimônio, se entendido como o senso de pertença e apropriação ou identificação por um determinado grupo ou individualmente. Desta forma, foi colocado por Yi-Fu-Tuan que o Lugar se forma a partir das experiências singulares dos indivíduos, pois os valores sociais e culturais que são atribuídos aos bens se referem muitas vezes aos valores associativos das pessoas para definir um espaço como o seu lugarejo imbuído de sentidos pessoais, adquirindo um “profundo significado para o adulto mediante o contínuo acréscimo de sentimentos ao longo dos anos” (2013, p. 47), como explica o autor.

De fato, assim como Tuan (2013) afirma que um grupo de pesquisadores poderia “criar” um *Lugar* a partir de verdades científicas e pesquisas, levando-o a associar um sentido inédito, oficial para aquilo, além de valores e usos para certos espaços que até então não significavam absolutamente nada para eles, é possível que um processo de patrimonialização alçado sobre os discursos oficiais institucionalizados funcionem de maneira semelhante, em que a atribuição de valores não necessariamente represente os desejos

daquele grupo que vive ou usa aqueles bens.

Este artigo busca realizar um ensaio de reflexão e levantamento das referências culturais locais com a finalidade de se compreender quais são os *Lugares* e os *Patrimônios Salobrenses* que são identificados e apropriados pelos grupos locais. Tais narrações são importantes para que se pense a ideia de patrimônio como a representação de algo que é acionado por meio da identidade local (Tamaso, 2007).

No que diz respeito à metodologia de pesquisa, buscou-se uma colocação precisa sobre o problema à luz de novos conhecimentos seguidos da questão sobre quais seriam os instrumentos mais relevantes para interpretar a problemática, optou-se então, por realizar uma análise teórica apurada sobre os temas que conceituam o artigo, seguida de coleta de informações e dados empíricos. Dito isto, o método de abordagem que parece ir de acordo com a premissa é o *Indutivo* (MARCONI, LAKATOS, 2003), reconhecendo que o método de indução permeia por um processo de reflexão mental sobre o tema proposto, a partir de dados constatados, o que leva a conclusões amplas e passíveis de serem agregadas com novas conceituações sobre o mesmo assunto. Sendo considerados

(...) três elementos fundamentais para toda indução, isto é, a indução realiza-se em três etapas (fases):

a) observação dos fenômenos - nessa etapa observamos os fatos ou fenômenos e os analisamos, com a finalidade de descobrir as causas de sua manifestação; | b) descoberta da relação entre eles - na segunda etapa procuramos por intermédio da comparação, aproximar os fatos ou fenômenos, com a finalidade de descobrir a relação constante existente entre eles; | c) generalização da relação - nessa última etapa generalizamos a relação encontrada na precedente, entre os fenômenos e fatos semelhantes, muitos dos quais ainda não observamos (e muitos inclusive inobserváveis). (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 87).

Foi realizada uma visita a campo na região da cidade de Miranda, no povoado de Salobra, vila de pescadores localizada na região, que compreendeu um levantamento de provas documentais e fontes históricas sobre a formação do mesmo, além de uma coleta de memórias e histórias de afetos e de vida a partir do instrumento da *História Oral* (FERREIRA, AMADO, 2005), o que levou à construção de um roteiro simplificado para orientar os rumos da pesquisa, e a elaboração de questionário e o mapeamento de alguns atores que poderiam apresentar contribuições iniciais para este trabalho que faz parte de um processo maior de elaboração⁵, a partir daí, foram realizadas algumas entrevistas⁶ com moradores, cujo conteúdo será transcrito e analisado neste texto.

É importante ainda lembrar que as contribuições

trazidas pelos registros orais neste texto foram ao encontro da faceta metódica conhecida como Estilo Reducionista, empregando os registros realizados em campo como uma “comprovação factual ou ilustração testemunhal de uma série de postulados de caráter teórico estabelecidos de antemão” (2005, p. 23).

Patrimonialização, identificação e os inventários

A fundação e consolidação do patrimônio na construção da identidade nacional sempre buscaram referências em critérios estético-estilísticos e de excepcionalidade, entendendo a cidade como obra de arte e instituindo tombamentos de grandes perímetros urbanos, como é o caso principalmente daqueles com características coloniais.

As primeiras três décadas de atuação do IPHAN junto ao patrimônio cultural brasileiro tiveram como premissa ideológica a busca por uma valorização deste passado como representante das origens da nação brasileira a partir da ancestralidade de matriz portuguesa, entre outras heranças européias enraizadas no Brasil, levando a uma busca pelo objeto excepcional, ou homogeneidade formal como critério de valor, e fundando o pensamento em um conceito estatal de patrimônio cultural, enfatizando a identidade nacional ao invés de voltar o olhar para as manifestações populares regionais e das minorias (AZEVEDO, 1995. CHUVA, 2003. p.324, MOTTA, 2011, p. 186).

5. A temática do presente artigo faz parte de uma linha de pesquisa adotada pelo autor para o trabalho de dissertação (em andamento) do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN).

6. Todas as entrevistas foram gravadas com a devida autorização de seus interlocutores.

Se a memória é trabalho presente, é inevitável compreender que foi uma estética modernista que configurou o patrimônio histórico e artístico nacional. A arquitetura colonial foi privilegiada não somente pela sua ancianidade (valor comumente partilhado no âmbito da preservação cultural no mundo ocidental), mas porque foram-lhe atribuídas características que, segundo as concepções modernistas, distinguiam-na como primeiro momento de uma produção autenticamente nacional. Foi diferenciada, dessa forma, do que veio depois, considerado como importado (produção relativa ao século XIX e começo do século XX.) (CHUVA, 2003, p. 329).

Percebe-se uma tendência desde a segunda metade do século XX quanto a um processo de valorização da “cultura de todos os povos, que levou paulatinamente, à ampliação do conceito de patrimônio”, como explica Motta, (2011, p. 184) quanto a dois sentidos importantes: um relacionado à UNESCO⁷ e outro ligado às práticas da legislação brasileira.

O período também marcou uma nítida ideia de apropriação do patrimônio como valor econômico, além do surgimento de novas cartas patrimoniais e do estabelecimento do Programa das Cidades Históricas (PCH) que levou a um grande incentivo ao turismo como fonte de renda e sobrevivência para as cidades tombadas e a busca por conciliar preservação e desenvolvimento com foco principalmente nos conjuntos urbanos –

efeitos da intensa industrialização e urbanização das cidades no período.

Com novas leituras possíveis para o patrimônio cultural, o IPHAN começa a adotar medidas e estratégias para salvaguardar a identidade dos grupos que compõem a cultura brasileira, além de instaurar frentes de visão como aquela que se referia ao conceito de cidade-documento, como afirma Sant’Anna, (2014).

A grande mudança na prática de seleção de áreas urbanas como patrimônio ocorreu na década de 1980, quando os critérios que a informavam deixaram definitivamente de lado a questão estética e passaram a fundamentar-se no valor histórico do objeto. De cidade-monumento, relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira foi capaz de construir, a área urbana-patrimônio passou a cidade-documento, **objeto rico em informações sobre a vida e a organização social do povo brasileiro nas várias fases da sua história, (...) Em suma, a área urbana passou a ser percebida como documento histórico, um “objeto cultural vinculado também à história, à etnografia, à arqueologia, ao urbanismo e a outras disciplinas”**, além da história da arte e da arquitetura, como era usual (p. 300-301, grifos meus).

Partindo do pressuposto de que o patrimônio é entendido como um reflexo social de uma nação, fica nítido que o período marcou um constante

7. Com o final da 2ª Guerra Mundial iniciou-se um processo de valorização da cultura de todos os povos, cujo marco inicial foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, de 1948, que considerou a cultura como um dos direitos fundamentais do homem (Motta, 2011, p.184).

processo de redemocratização seguido por novas demandas sociais, à sombra da Constituição de 1988 e da inclusão de novos conceitos, como é o caso das referências culturais, o que levou à criação de demandas para a pauta do patrimônio nacional, muitas delas ainda se encontram ativas até os dias atuais, como a ideia dos bens patrimonializados como objeto de consumo no mercado globalizado, a institucionalização do Patrimônio Imaterial através da inclusão do artigo 216 na Constituição e a formação de um novo perfil de Estado.

Dando prosseguimento aos trabalhos de listagens de monumentos instituídas a partir de 1927⁸, a prática dos inventários como instrumentos de preservação no caso Brasileiro se efetivou principalmente em meados dos anos 1960, quando Rodrigo Melo Franco de Andrade começa a incentivar a produção de um trabalho de identificação mais recorrente sobre o patrimônio cultural nacional, a busca pela “nação brasileira” teve início com um efetivo esforço de instituir os processos de identificação como uma das principais atividades do então SPHAN visando o tombamento, como afirma Rubino (1996).

No ano de 1963, Azevedo (1995) explica que o Conselho da Europa defendeu a valorização dos sítios e conjuntos históricos europeus, levando à realização de uma reunião técnica em 1965 em que se discutiu a Confrontação A, o espaço foi dedicado principalmente a definir os critérios

para um inventário de sítios e conjuntos históricos visando a sua conservação, o encontro foi procedido dois anos mais tarde pelo II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Restauração, que resultou na emblemática Carta de Veneza.

“(…) Descobrir, viajar, recensear e tombare foram com frequência um único ato e momento. Foi nesse descobrimento do país que se inventou e inventou um Brasil Histórico e artístico, mas também etnográfico, arqueológico e – por que não? – geográfico. O país que foi passado a limpo formando um conjunto de bens móveis e imóveis tombados tem lugares e tempos privilegiados. Este conjunto documenta fatos históricos, lugares hegemônicos e subalternos, mapeando não apenas um passado, mas o passado que essa geração tinha olhos para ver, assim, deixar como legado (RUBINO, 1996. p. 97).

Esses instrumentos ajudaram a construir as noções de preservação e sensibilização sobre o patrimônio cultural, uma vez que o mesmo poderia ser entendido como uma prática política e social capaz de envolver questões importantes como memória e identidade de um grupo, agregando informações ao senso de coletividade entre eles e suas práticas cotidianas.

Pensar nos inventários como um instrumento legal de salvaguarda e proteção do referido patrimônio vem do entendimento de que o mesmo

8. Referente à criação da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais da Bahia, lei 2.032, foram realizadas as primeiras listagens de monumentos visando a sua conservação, no ano seguinte, Pernambuco criou a lei 11.918 (AZEVEDO, 1995, p. 64).

apresenta uma coerência metodológica que contribui com a sua credibilidade, uma vez que pode fazer uso de fichas e de uma equipe técnica de especialistas que se dispõem a registrar, catalogar e pesquisar sobre determinadas referências culturais de um grupo, muitas vezes sendo muito mais abrangentes e generalistas do que focais, como é o caso de um tombamento ou registro.

O IPHAN em Mato Grosso do Sul integrou a 14ª Coordenação Regional, que reunia todos os estados da Região Centro-Oeste, com sede em Goiânia (GO), atuando a partir de 2006 como Superintendência no estado, cujo território se encontra geograficamente inserido no bioma do Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal⁹, o estado conta com inúmeras reservas de proteção natural, sendo conhecido comumente por sua relevância paisagística e ecológica.

Atualmente o estado conta com um número de bens tombados e registrados relativamente pequeno se comparado ao potencial cultural muito mais amplo que a sua escala geográfica sugere, insinuando que o mesmo possui uma potencial rede de patrimônio a ser identificada pelo viés ínfimo das narrativas culturais, de forma que como afirma Azevedo (1995), é preciso não limitar a prática de inventariar a criar listas para tombamento, expandindo a possibilidade de reconhecimento dessas referências de forma não seletiva.

Nessa hierarquização dos bens culturais, é preci-

so questionar sobre qual é o espaço no panteão do patrimônio nacional “identitário” destinado àqueles locais, histórias, manifestações e personagens que vivem as margens do monumental, estilístico e historicamente excepcional.

Neste sentido, refiro-me não apenas à arquitetura singela e funcional que pode ser identificada em uma casa beira-rio sobre palafitas, ou uma comitiva boiadeira que acampa temporariamente entre as vazantes, mas também às práticas de pesca que são repassadas entre os familiares e amigos, a afeição e intimidade que estas pessoas possuem com as águas de um rio, suas celebrações e práticas cotidianas de ócio e trabalho, as angústias e militâncias cujas pautas se referem também a preocupação com o meio ambiente, advindas dos próprios moradores que tentam conciliar o uso turístico e exploratório da pesca ao seu próprio morar, a fé, a mítica, os causos, as associações populares, toda percepção local já registrada ou não nestes espaços.

A própria realização do inventário é um momento de discussão com lideranças locais e proprietários sobre o valor cultural de seus bens. Publicados, seus volumes constituem material de referência importante para setores da administração pública e privada não especializados mas sensíveis à questão.

(...)

Há outros efeitos menos visíveis mas igualmente importantes de um inventário, como a divulgação

9. Inscrito pela Unesco na Lista do Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera em 2000.

para o grande público (AZEVEDO, 1995. p. 71).

Desta forma, pode o inventário ser como afirma Azevedo (1995, p. 72) um “(...) instrumento de proteção e não apenas uma ferramenta de gestão para bens já tombados”, contribuindo com as pessoas e os locais para indicar em uma escala imaginária, o seu potencial para ser eleito *patrimônio* ou apenas elencar motivadores que o atribuam como um *Lugar*? Partindo da ideia de que todo patrimônio – material ou imaterial – se forma sobre a mítica existência de um espaço devidamente significado (e reconhecido) – *Lugar* –, mas lembrando também, que nem todo *Lugar* precisa ser patrimônio, podendo ele apenas existir independente das práticas e discursos autorizados e atribuição de sentidos.

A construção do conceito de Lugar e os usos do patrimônio

A identidade de um grupo pode ser definida a partir de uma declaração simples que varie entre o “*Ser de...*” e o “*Ser um...*”, de forma que, é perceptível que existe uma força muito maior quando alguém diz que “é” Salobrense¹⁰ do que apenas afirmar que vive da pesca, percebe-se certa coerência quando o arquiteto Christian Norberg-Schulz afirma que

a identidade das pessoas é, em boa medida, uma função dos lugares e das coisas, não que o ser algo não apresente o mesmo peso, mas

é preciso estar – viver, se apropriar e se definir –, em um determinado lugar primeiro para que haja a contextualização do indivíduo, tornando-o apto a estruturar a sua própria caracterização ideológica a partir do ambiente que o cerca.
(...)

A identidade humana pressupõe a identidade do lugar (1963, p. 457)

Em primeiro lugar, é preciso entender que a categoria de *Lugar* compõe uma tríade de conceitos categorizadas pela Geografia, e muito usuais no campo da preservação do patrimônio cultural, se juntando aos de *Paisagem* e *Território*, Ribeiro explica que os geógrafos entendem o conceito *territorial* a partir da ideia de um espaço delimitado pelas fronteiras dos Estados Nacionais, expandindo o tema para as discussões antropológicas de como os grupos humanos se apropriam do espaço implicando uma delimitação, e assim o território se trata também de como o espaço influencia as relações sociais.

É preciso olhar o objeto e a sua integração com os locais, assumindo que existe uma relação entre a sociedade e a natureza, a geografia detém uma preocupação com as percepções entre o natural e o social, entre a ciência física e a ciência humana.

Recorrendo a Yu Fu Tuan, damos um salto em relação a interpretação do tema, nos moldes da geografia humanista a partir dos anos 60 que se

10. No caso do povoado estudado, existe uma variação entre os que se dizem “Salobrenses” e aqueles que apenas dizem “Sou do Salobra”.

levantaram contra o neopositivismo¹¹ e estabeleceu o conceito de lugar como a ideia de vivência atrelada ao senso de pertencimento de um grupo ou indivíduo sobre o espaço existente, a partir dele podemos entender como a pessoa se relaciona com o lugar dialogando pelo campo da base filosófica da fenomenologia e do existencialismo (Ferreira, 2000. Ribeiro, 2011. Tuan, 2006).

Tuan argumenta que o espaço se transforma em lugar ao mesmo tempo em que adquire definição e significado, o *Lugar* acaba sendo um objeto que após ser analisado, expõe a sua interação com o espaço que ocupa. Os usos e apropriações feitas pelas pessoas são o que atribuem uma razão para o espaço existir, ressignificando-o ou não.

Para Ferreira, o lugar existe a partir do momento em que conseguimos familiaridade com o espaço, sem necessariamente se ater apenas à imagem daquele local, mas aos seus sentidos intrínsecos, ou como afirma Tuan, “A distância é um conceito espacial inexpressivo separado da ideia de objetivo ou lugar. No entanto, é possível descrever o lugar sem introduzir explicitamente conceitos espaciais. ‘Aqui’ não envolve necessariamente ‘lá’”.

Ainda sobre as dicotomias de tempo e espaço na formação do lugar

Portanto, o nosso sentido de tempo, de ritual, que a longo prazo cria nosso sentido de lugar e

de comunidade. São os horários que estabelecemos para nós mesmos que nos colocam em contato uns com os outros. **Não é a proximidade, mas o compartilhamento de horários que nos aproxima.** No ambiente urbano contemporâneo nosso sentido de unidade e continuidade é dado pelo sentido cíclico do tempo, pela recorrência regular de eventos e celebrações (FERREIRA, 2000, p 67. Grifo meu).

Ao assumir o conceito de Lugar como transformação de uma localização em algo especial acabou moldando o nascimento da própria ideia de *Lar*, como se a mesma atribuísse sentido a uma localidade que passa ser o centro daqueles valores atribuídos, como uma pausa no movimento cotidiano, e por *Lar*, podemos entender como uma série de experiências íntimas e aconchegantes sobre as quais se cultivava uma afeição duradoura (TUAN, 2006).

O valor real dos lugares está nos usos informais e não planejados, a intuição das pessoas que vivem naquele local, seus objetos e práticas diárias que atribuem sentidos importantes de identidade para o grupo, ou como afirma Tuan (2006, p. 175), “Os acontecimentos simples podem com o tempo transformar-se em um sentimento profundo pelo lugar”.

Ao trabalhar com a noção de *lar* como um “lugar íntimo”, construiu-se a ideia de que o *Lar* vive repleto de objetos, coisas e espaços que ativam

11. Modelo predominante na teoria geográfica no período.

a memória dos seus moradores, o uso anônimo deles permite que sentimentos e recordações sejam ativados, além de motivar os indivíduos no dia a dia. Os objetos em um Lugar podem contar a história pessoal de alguém, a intimidade é fortalecida, e assim, se molda a ideia de que mesmo em um pequeno povoado de pescadores, seja possível ampliar o conceito de Lar para a própria ideia de espaço coletivo, e assim evocar tais sentimentos.

Berdoulay (2012), por sua vez, irá buscar as relações entre o espaço e a cultura como “fenômenos materiais e imateriais”, entendendo que através dos estudos da chamada Geografia Cultural seja possível explorar os sentidos e valores que o sujeito atribui aos locais que ele modifica – interfere –, e que isso é o que modifica o seu contexto social e as suas construções identitárias. O autor destaca que

Partindo do que acabamos de ver, **podemos dizer que da interação entre cultura e espaço emergem lugares que o sujeito constrói ao mesmo tempo que constrói a si mesmo.** Nesse processo, há a seleção de diversos elementos dispersos no meio ambiente físico e cultural, que são retomados e recompostos dentro de novos relatos e constantemente revistos: para tomar consciência dele mesmo e exercer sua reflexividade, **o sujeito dá sentido a esses elementos no interior de tramas narrativas que, por consequência, também fun-**

dam ou redefinem os lugares. Porque ditos, ou melhor, contados, os lugares servem para o sujeito formular as condições da ação. Ele se projeta no futuro (BERDOULAY, 2012, p. 121-122. Grifos meus).

Massey (2008), por exemplo, irá colocar em pauta uma abordagem alternativa para o conceito do espaço, como a ideia de que o mesmo é um produto de inter-relações, formado a partir das interações, podendo ser abordado em escalas variáveis, e de que “sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço”, quando se refere a como o espaço pode ser formado por distintas narrativas, como se o mesmo fosse um palimpsesto de elementos em constante processo de formação, ou como o autor afirma

Nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado. Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de histórias-até-agora (MASSEY, 2008. P. 29).

Em um mesmo espaço é possível ter várias narrativas – em constante processo –, possíveis a partir das atribuições de valores realizadas democraticamente com o debate em um grupo, dando-lhe voz para que possam expressar qual a sua real relação com aquele meio que habita. É

preciso perceber como diferentes indivíduos interpretam o mundo a partir das articulações entre a experiência e a vivência em um mesmo espaço.

Há nitidamente uma concordância no sentido de que o lugar é construído pelas ligações afetivas do grupo, isso independe do quão complexo o espaço é, para Tuan, o local de origem é

um lugar íntimo. Pode ser simples, carecer de elegância arquitetônica e de encanto histórico, no entanto nos ofendemos se um estranho a crítica. Como experienciávamos um mundo tão pequeno e familiar, um mundo infinitamente rico na complexidade da vida cotidiana, mas destituído de aspectos de grande imagibilidade.

(...)

Muitos lugares, altamente significantes para certos indivíduos e grupos, tem pouca notoriedade visual. São conhecidos emocionalmente, e não por meio do olho crítico ou da mente (2006, p. 177/200).

A paisagem permite uma ruptura e continuidade no entendimento do espaço, além de levar à reflexão sobre quais avanços tratam da abordagem espacial aliada a uma visão integrada com instrumentos de gestão compartilhada, os Inventários de paisagem são aqueles que elegem uma narrativa, podendo ser ela uma interpretação sobre *Território* ou *Lugar*.

Schulz (1963), por sua vez, irá buscar a noção de paisagem e território com base em Heidegger,

explorando a ideia de que existem “Fronteiras de um espaço construído”, delimitados por anteparos como teto e piso – para o caso de uma edificação, e que as

fronteiras de uma paisagem são estruturalmente semelhantes e consistem no solo, no horizonte e no céu. Essa similaridade estrutural simples tem importância fundamental para as relações entre os lugares naturais e os lugares feitos pelo homem. As propriedades de confinar um espaço, típicas de uma fronteira, são determinadas por suas aberturas (1963, p. 450-451).

A sua metodologia pode compreender a descrição de partes que compõem uma paisagem criada a partir de atividades humanas, associadas às descrições sobre as suas origens, ou apenas a observação de cenas individuais e cotidianas, valorizando o caráter simbólico e subjetivo.

Entretanto, pensar a ideia de uma leitura do patrimônio pela abordagem espacial da paisagem e a sua relação com o homem e a natureza pode exigir certa cautela, como explica Ribeiro

Dizer que a paisagem cultural é o meio natural marcado pelo homem na verdade não define coisa alguma para as ações na área do patrimônio, uma vez que hoje, toda superfície do planeta pode se enquadrar nessa definição. Mesmo grandes cidades, mesmo grandes projetos de engenharia são, na verdade, de alguma maneira

ra, fruto da relação do homem com a natureza (2011, p. 258).

Acredito que a relação existencial que o grupo social estabelece com os lugares reflita o seu senso de pertencimento num determinado espaço físico, assim fica nítida a importância das noções de tempo e espaço atrelados à ideia dos rituais coletivos como um momento de fortalecimento dos laços sociais (Tamaso, 2011).

Quanto maior a escala geográfica de um *Lugar*, mais difícil pode ser a compreensão do senso de pertencimento e a experiência do indivíduo que ali vive devido à falta de intimidade com a totalidade daquele local, conforme Ferreira (2000, p. 81), “Compreender o lugar é, deste modo, compreender uma relação possível entre questões políticas e econômicas e teias de significações e vivências expressas localmente”.

Há um paralelo entre o Imaterial (Registro) e o Material (Tombo), pois mesmo o patrimônio imaterial necessita de uma base na espacialidade, isso se reflete principalmente com a criação do “Livro de Lugares”, proposto pela arquiteta Márcia Sant’Anna, o que se busca guardar ali são os valores sobre aqueles bens intangíveis e as práticas sociais envolvidas, visando criar associações entre patrimônio material e imaterial, segundo Ribeiro (2011, p. 265) “(...) tem ficado claro que a ideia de lugar nas políticas de patrimônio tem sido capturada para se pensar o patrimônio imaterial e a espacialidade deste”.

Considerações finais:

Entre trilhos e cabeças de peixe, notas sobre os lugares de Salobra

A cerca de 20 (vinte) quilômetros da cidade de Miranda, no estado do Mato Grosso do Sul, está localizado o povoado de Salobra às margens dos rios Miranda e Salobrinha¹², apesar de a área apresentar registros históricos de ocupação que remetem a primeira metade do século XIX¹³, a atual vila de pescadores começou a ser caracterizada como tal entre 1900 e 1930.

Sua formação se deu para receber os funcionários da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB) e seus familiares que ajudaram a construir o trecho da ferrovia naquela região, assim como a construção daquela que é considerada uma das mais belas obras de arte¹⁴ metálica existente ao longo das linhas da Noroeste do Brasil – uma ponte inaugurada em 1931, com seus 100 (cem) metros de comprimento que cruza o rio Miranda alcançando 12,45 metros de altura.

Com um traçado expedicionário pelo território do antigo Mato Grosso¹⁵, cujas idealizações se iniciaram após a Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai)¹⁶, onde segundo Azevedo (1950, p. 75), “(...) a cuja luz fria e implacável se iluminaram os problemas de comunicações e transportes e se despertou a consciência da necessidade de lhes apressar a solução”, a EFNOB compreendia uma

12. O nome oficial é rio Salobra, entretanto, optou-me por chamá-lo no diminutivo, pois é a maneira como os que habitam o povoado costumam falar, onde fica nítido um sentimento de carinho e intimidade com o mesmo.

13. Na foz do rio Salobra refugiaram-se numerosos moradores de Miranda, em face da invasão das tropas paraguaias nos primeiros dias de 1865. Entre aqueles estava frei Mariano de Bagnaia, que logo depois seria feito prisioneiro e levado para a República do Paraguai (CAMPESTRINI, MENE-COZI, LAURINO, JUNIOR, 2014, p. 147).

14. Comumente a EFNOB se referia aos equipamentos ferroviários urbanos – principalmente aqueles constru-

ídos a partir de fundição metálica – como obras de arte.

15. Correspondente à soma dos atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

16. Se a via de penetração, lançada para Mato Grosso só se construiu entre 1905-1914, entretanto, a ideia nasceu com a política de descentralização do império e tomou impulso depois da guerra do Paraguai que, tendo-se originado dos conflitos decorrentes da comunicação, pelo rio da Prata, da capital com as províncias do sul, reavivou a consciência da necessidade da construção de uma estrada de ferro, ligando o centro a Mato Grosso e Goiás, para a defesa das fronteiras (Azevedo, 1950 p. 141).

saída a partir de Bauru, em São Paulo em 1905, e outra de Porto Esperança, Mato Grosso (do Sul).

A EFNOB acabou criando um caráter urbanizador pelas cidades e regiões aonde o trem chegava, seguindo sempre as diretrizes do esquema proposto pelo grande engenheiro Emilio Schnoor¹⁷, nestes lugares era construído um conjunto de exemplares arquitetônicos, que juntos formaram o que hoje representa um rico acervo de patrimônio referente à arquitetura ferroviária no Mato Grosso do Sul, estas características evidenciam um traçado urbano que marca a força de trabalho por detrás da atuação do trem no estado.

Num registro histórico, a importância fundamental para o patrimônio cultural brasileiro da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – e, por extensão, de suas estruturas relacionadas, como trilhos, máquinas e edifícios – reside num registro eminentemente simbólico: o papel por ela exercido naquele contexto do início do século XX em que uma ação do Estado com vistas à construção de uma ideia de nação moderna e desenvolvida necessariamente passava pela integração estratégica de seus territórios por meio do trem (ROLIM, 2006, p. 3).

O pequeno conjunto urbano era formado também por edifícios operacionais, escola, caixa d'água, vila ferroviária e a referida ponte metálica, o pequeno núcleo de ocupação seguiu um zoneamento espacial com edificações que atendiam aos usos desti-

nados a habitações unifamiliares, ao lazer, ao trabalho e à circulação – de pessoas e trens. (Figura 01)

Com a consolidação do projeto ferroviário e o sucesso de um trem que circulava livremente trazendo cargas e convidando novos visitantes a desbravarem a região, um grupo de indivíduos se assentou junto às ribeiras do rio Miranda¹⁸, ali construíram as primeiras edificações, muitas vezes içadas sobre palafitas, proporcionando para aqueles para quem o trem não era mais uma novidade empolgante, o começo de uma nova relação de intimidade e trabalho com aquelas terras alagáveis, naquela região que é considerada o portal do Pantanal Sul-Mato-Grossense.



Figura 01. Povoado de Salobra. Imagem de Satélite. Legenda: 01 – Acesso pela rodovia / 02 – Principal concentração de edificações ribeirinhas / 03 – Complexo ferroviário desativado / 04 – Ponte ferroviária sobre o rio Miranda / 05 – principal núcleo urbano do povoado / 06 – Conjunto de edificações pertencentes a Igreja da Unificação. Fonte: Elaborado pelo autor sobre base do Google Earth.

A partir de meados dos anos 1990, com o início do processo de desativação da estação ferroviária

17. Emilio Schnoor foi o engenheiro responsável pelo plano final da EFNOB para o traçado da malha, e que foi adotado em 1907, pelo governo federal.

18. A ocupação da comunidade ribeirinha, assim como o próprio povoado de Salobra, também ocorre às margens do rio Salobrinha, que é um afluente pela margem esquerda do rio Miranda, no município de Bodoquena, mas optou-se em mostrar neste artigo, um recorte que abrangesse apenas o Miranda.



Figura 02 e 03. Vistas de casas na entrada do povoado a partir da rua. Foto: Vinicius Martins de Oliveira (2016).

19 Referente à Igreja da Unificação, fundada pelo reverendo Sun MyungMoon, presente em mais de 120 países e com forte presença no Mato Grosso do Sul, especificamente no povoado de Salobra.

de Salobra e da própria EFNOB para o transporte de passageiros, o povoado passou a ser ocupado predominantemente por grupos de pescadores que já habitavam o local, consolidando a organização espacial atual, formado por edificações de madeira sobre palafitas às margens dos rios Miranda e Salobrinha, o complexo ferroviário desativado, um núcleo urbano formado por poucas vias públicas – não asfaltadas –, que se ligam a rodovia BR-262, proporcionando o principal acesso ao local, além de remanescentes edificadas de um antigo conjunto religioso e hoteleiro Sul-Coreano¹⁹.

Cascudo (1988, p. 673) nos lembra que “as águas vivas, o mar, e os rios, são elementos venerados pela antiguidade clássica. Os feitiços lançados aí têm efeito decisivo, e para desmanchá-los é preciso utilizar igualmente o veículo”, a mística que envolve o trato com as águas é nítida, e ao conversar com populações ribeirinhas se percebe que eles detêm uma simpatia natural por esses cursos de água, ali eles construíram as suas próprias histórias, suas vidas e o usam como principal meio de subsistência.

Ao pensar em um processo de patrimonialização (ou reconhecimento de Lugar) para Salobra, eu entendo que seja possível estabelecer um olhar cultural materializado sobre a prática social (SMITH, 2006. TAMASO, 2008).

Decorre então da abordagem proposta pensar como as narrativas culturais Salobrenses envol-

ve uma compreensão e identificação sobre a sua materialidade, intangibilidade e as referências culturais deste lugar. Tamaso (2008, p. 2), ressalta a importância deste tipo de experiência “Não creio que se faça uma antropologia dos patrimônios se não se debruçar sobre as experiências cotidianas dessas pessoas com os seus bens culturais e com os processos que os geraram”.

Ao acessar o povoado, percebe-se que às suas vias públicas não possuem asfalto, sua caixa de rua é larga (por volta de 10mt de largura), e o passeio público é inexistente. Entretanto, os lotes possuem frentes largas e grande profundidade, além de serem bem arborizados – em sua maioria com mangueiras e outras árvores frutíferas típicas do cerrado –, as barreiras que limitam cada propriedade ainda são aquelas de estacas de madeira e telas metálicas (arame farpado em alguns casos), mas todas parecem desconhecer a existência de muros, a permeabilidade visual predomina, e a leitura do conjunto daquelas pequenas chácaras parece criar uma verdadeira ambiência bucólica. (Figuras 02 e 03)

Existe um conflito que inicialmente foi estabelecido por alguns moradores a quem tive acesso, eles alegam que a margem do rio é o “lugar dos pescadores”, aonde eles podem desempenhar suas atividades cotidianas, um lugar que apenas é importante para *eles*. Assim, a sua transformação de habitat de trabalho a atrativo turístico e refúgio para pescadores externos (turistas) soa



Figura 04. Tipologia de casa de madeira encontrada no povoado, térrea avarandada (fechada), com telhado de pouca inclinação e construída em madeira. Foto: Vinicius Martins de Oliveira (2016).

como uma ameaça, como explica uma moradora

Eu quero te mostrar uma casa de ribeirão de verdade, algumas delas estão lá na margem do salobrinha ou do Miranda, mas só as mais simples... As grandonas, mais chiques são tudo hotel, os turistas são bons, mas turista de verdade é aquele que vem, conhece e vai embora... **Os que ficam tiram os pescadores das margens e criam hotel, constroem casa.** Aqui é parte boa, parte nobre, mas hoje em dia tem ribeirão morando em casa parecida, de tijolo, nem nas margens do rio, nem aqui no centro, fica no meio termo (grifo meu)²⁰. (Figura 04, 05 e 06)



Figura 05 e 06. Barcos atracando ao fim do dia e parte dos pescados. Foto: Vinicius Martins de Oliveira (2016).

A afirmação de Smith (2006) sobre a pesca como uma “*atividade multicamada*”, serve aqui para gerar uma reflexão sobre a atividade de trabalho aliada a intimidade destas famílias, suas memórias e identificações com o local, buscando compreender se tais ações cotidianas podem levar ao reconhecimento de uma identidade trabalhista atrelada a estes locais, “Seria o patrimônio uma simples experiência turística, como afirmam algumas literaturas sobre o tema, ou existe alguma outra nuance social ou processo cultural que ainda pode ser trabalhado?”²¹ (Smith, 2006, p. 20). (Figuras 07, 08, 9 e 10)

O povoado ainda é muito marcado pelos reflexos da Igreja da Unificação, que atuou durante anos na região de Salobra, empreendendo ali um complexo edificado formado por chácaras, hotel, restaurante, estufa para o cultivo de alimentos orgânicos e equipamentos turísticos, como o famoso mirante metálico que permite vislumbrar a paisagem local, hoje desativado, assim como todos os outros.

Com a morte do seu guia espiritual, muitos moradores ainda guardam relatos de afeto e devoção. Apresento um deles, referente a uma série de percepções sobre o lugar, e as relações de embates espirituais e questões sócio-ambientais, apresentadas por um morador e antigo seguidor do Reverendo Sun Myung Moon

(...) comecei no grupo do Reverendo em 1996 quando eles adquiriram o hotel, mas eu já traba-

20. Entrevista 001, concedida ao autor em agosto de 2016.

21. Is heritage visiting simply a middle class leisure or touristic pursuit, as some sections of the heritage literature assert, or are there more varied and nuanced social and cultural processes at work?



Figura 07 e 08. Vistas do interior de uma propriedade de pescador. Localizada a alguns metros das margens do rio, é montada uma espécie de cozinha na parte externa da casa, em uma das bancadas o próprio pescador se encarrega de ao final do dia, realizar a limpeza do peixe que pescou, após o procedimento, é separado o que será comercializado e o que será consumido pelo próprio e sua família, geralmente uma grelha improvisada com tijolos e carvão ali ao lado já serve para preparar o almoço/jantar. Foto: Vinicius Martins de Oliveira (2016).



Figura 09 e 10. Vista de um conjunto de casas sobre palafitas, típica de ribeirinhos, percebe-se a estrutura que eleva o imóvel com o intuito de buscar refúgio em períodos de cheia, o emprego da madeira e a tipologia que preza a funcionalidade, a quantidade de barcos encostados sugere que ali se encontra um grupo grande de pescadores. Edificações ribeirinhas convertidas em pousadas, relatadas pelos moradores como grande atrativo para os turistas que vem passar temporadas na região enquanto pescam. Foto: Vinicius Martins de Oliveira (2016).

lhava antes na época do antigo dono que era o Claudio, e como eu trabalhava como piloto de barco, já segui trabalhando com o grupo do Reverendo, **o próprio Reverendo Moon investiu pesado aqui no Salobra, não só no Salobra mas em todo o Mato Grosso do Sul**, porque ele tinha uma visão de proteger o Pantanal. (...) **e então ele viu aqui um potencial muito grande, ele queria preservar e proteger, proteger em que sentido?** No Brasil tem a lei que diz que você pode trabalhar 80% e preservar os outros 20, mas para Reverendo Moon, você pode proteger 80%, ou seja, não tocar, não remover, não desmatar, e trabalhar 20% para preservar o meio ambiente. Então, ele queria provar isso, inclusive na época eu pilotei para pesquisadores das Nações Unidas, (...) **Mas o ponto focal dele era o agrotóxico nas lavouras, e as outras é as queimadas, o fogo**

vai queimar árvore, mas na verdade, o tanto de animais e espécies que vão desaparecer com o tempo por conta das queimadas, protegendo os rios pode-se criar peixes, pode-se ter o alimento, pode-se ter a fauna e a flora preservadas, isso era o básico... Na visão dele (grifos meus)²².

Para o morador é nítido que o Sr. Moon trouxe o progresso para o povoado²³, entretanto, o projeto realizado pela Igreja da Unificação não considerou os usos e atividades locais na época, e optaram por tentar criar novas narrativas culturais para a região, além de fortalecer interesses econômicos próprios através da ecologia e o estabelecimento de novas rotas turísticas.

Conversando fica claro que o referido líder religioso teria inclusive, agregado contribuições a “mito-

logia de formação” de sentidos sobre o local

aqui no Salobra tem um portal que liga o mundo espiritual ao mundo físico nessa região, do salobra, inclusive o rio Salobra, Salobrinha, por isso o Reverendo Moon veio aqui, por que **para nós ele é o Messias, e então o Messias ele tem que visitar esses lugares aonde tem essas conexões**. Por que quando ele estava em Jardim (município próximo), ele ouviu falar “Salobra”, e “Salobra” em coreano é... significa “Sarobrá”, traduzindo... “*Salve-me se puder*”, ou “*Ressucite-me²⁴ se puder*”, então para ele... esse tipo de som, era como se alguém do mundo... que está no mundo... No Inferno, está pedindo ajuda, então ele falou vai e descobre onde é esse lugar.

(...)

E o próprio Reverendo diz que aqui se tornou um local sagrado para nós, ele falou “muitos ainda não sabem, mas futuramente pessoas do mundo todo vão passar por aqui, e isso é uma lei, é hiperativo” (...) **Para nos já se tornou um local histórico, foi onde o Reverendo Moon passou, a gente quer fazer um museu aqui em Salobra²⁵(grifos meus)**.

Quando perguntado sobre qual seria a origem de formação do povoado de Salobra, um senhor acompanhado de sua amiga na porta de sua residência, vizinha ao pequeno Complexo Ferroviário, desabafa

Eu moro aqui desde 1999, (fomos interrompidos pelo apito do trem de carga que passava ali próximo), **basicamente é isso ai que a gente está escutando agora né? O trem né...** Até um tempo atrás, aqui mesmo, estava cavando aqui e achou garrafas... Até foi quebrado, achou um metro de fundura com garrafas enterradas. Mas da onde isso aqui apareceu? Garrafas de vidro, então eu fiquei impressionado... Aqui a atrás, eles acham que é por causa de estação quando estavam construindo, eles fizeram barracas, muita coisa veio de fora... Eu preciso estudar um pouco mais sobre essa parte, da formação aqui do Salobra²⁶.

Eu aproveitei para perguntar sobre qual era a importância da Estrada de Ferro para ele

eu viajei de trem, eu andava, a primeira vez que eu vim aqui eu vim pelo trem, então não existiria Salobra (sem o trem), não sei também... Por isso que eu falo, têm que buscar mais, às vezes a gente olha só o rio, as pessoas vem aqui pelo rio, pelo peixe, mas pra mim o rio tem em qualquer lugar, o Salobrinha já não tem em qualquer lugar, a região ali já não tem em qualquer lugar, o rio Miranda ele já vem lá de cima ele já passa e vai embora, mas o Salobrinha já é característico. (...) o trem que deu acesso para essas pessoas conhecerem o Pantanal de uma forma mais sensível, por assim dizer, o trem já era mais devagar, você sentia o Pantanal, pa-

22. Entrevista 002, concedida ao autor em agosto de 2016.

23. Foi criada em outubro de 2002 uma CPI para investigar os empreendimentos do Reverendo Moon em Mato Grosso do Sul, a Igreja da Unificação também foi acusada de cometer infrações ambientais no estado e realizar lavagem de dinheiro com as propriedades.

24. Informação de tradução não confirmada.

25. Entrevista 003, concedida ao autor em agosto de 2016.

26. Entrevista 004, concedida ao autor em agosto de 2016.

rava em cada lugar, eu vendia peixe no trem, então... Na verdade quem viveu aquela época sonha com isso, que o trem de passageiro volte nessa região²⁷.

Sua amiga, que acompanhava a entrevista em silêncio até aquele momento, resolve se manifestar

Ela trouxe, ela trouxe a parte financeira, toda criança tinha dinheiro, criança de 9, 10 anos que alcançava a janela do trem tinha dinheiro. Porque nós trabalhávamos, então pra nós a economia do Salobra era o trem, vendia doce, limão, laranja, manga... geladina...²⁸.

Eu perguntei como foi quando desativaram a Estrada de Ferro para o transporte de passageiros

Ela – **Foi a morte.**

Ele – porque acabou mesmo, isso no meu ponto de vista prejudicou um pouco, um pouco não... Muito, a característica do Salobra, **porque era estação Salobra**, e virou Povoado de Salobra, mas na verdade girou em torno de Salobra, tem nome hotel fazenda Salobra, tem rio Salobra, tem estação Salobra, tem ponte do rio Salobra, então, mas na verdade diversificou, sem unificar... Meio que esparramou, então, as pessoas que vem pra cá eles querem rio, quer pescar, isso daí se voltasse o trem, se voltasse o trem, seria um presente não só para as pessoas que viveram naquele tempo, mas para as gerações

futuras. **Isso prejudicou e muito, foi um baque muito grande**²⁹.

A emblemática ponte metálica da EFNOB sobre o rio Miranda é o principal atrativo que existe hoje no Complexo Ferroviário, devido a sua escala e impacto visual. Construída em aço. Ela apresenta uma estrutura treliçada, estável e elegante, possui uma extensão de 100 (cem) metros sobre o rio e um frontão em ferro fundido que apresenta o inconfundível brasão da Noroeste do Brasil e o ano de sua inauguração (1931). Ela é uma nítida representação de elemento construído pelo homem que parece se unir a natureza para criar não apenas um marco na paisagem, mas fazer parte dela, ela pode ser facilmente avistada a grandes distâncias tanto por quem está em terra, quanto pelos barqueiros que vem pelo rio Miranda. (Figuras 11, 12, 13 e 14)

Tuan (2013, p. 200) define que uma determinada construção pode contribuir para criar uma sensação de lugar através da sua presença física, de forma que aquele objeto “invasor” possa produzir o seu próprio sentido para existir, como “um único objeto inanimado, inútil em si mesmo, pode ser o centro de um mundo”, pois ele partiu de uma intenção humana, e isso é perfeitamente identificável e respeitado pelo grupo. Um morador resolveu expressar o seu sentimento pela ponte

A ponte no meu ver, isso é uma opinião minha, é pouco visitada, mas para mim aquela ponte tem

28. Entrevista 005, concedida ao autor em agosto de 2016.

29. Entrevista 005 (cont.), concedida ao autor em agosto de 2016.



Figura 11 e 12. Fotos históricas, homens trabalhando durante a construção da ponte em meados dos anos 1920. Vista da estrutura recém inaugurada. Sem data. Fotos: Autores desconhecidos.

30. Entrevista 006, concedida ao autor em agosto de 2016.

31. Sendo eles, Estação Ferroviária de Aquidauana, Estação Ferroviária de Tainay (Aquidauana), Estação Ferroviária de Porto Esperança, Estação Ferroviária de Piraputanga (Aquidauana), Terreno do Prédio Administrativo da extinta RFFSA, Prédio Administrativo da extinta RFFSA (Campo Grande), Terreno do Prédio Administrativo da extinta RFFSA (Miranda).

Grande), Terreno do Prédio Administrativo da extinta RFFSA, Prédio Administrativo da extinta RFFSA, Escola Álvaro Martins Neto (“Batatinha”) (Campo Grande), Residência EFNOB/RFFSA (Campo Grande), Residência para empregado (Campo Grande), Estação Ferroviária de Corumbá (Corumbá), Estação Ferroviária de Miranda (Miranda).

mais história do que a torre lá em cima (se referindo ao Mirante), mas vai mais gente naquela torre no que na ponte, porque não tem um incentivo, não é divulgado... Pra mim ali (na ponte) tem história, o próprio fato da construção de... Acesso... Da onde veio este metal, como foi construído, não tem um parafuso naquela ponte, é só rebite, como construiu naquela época, como fizeram essa tecnologia de ser reto, se você olhar não vai achar defeito ali, e o metal? Quanto tempo aquilo permanece, então, pra mim ali tem mais história, então quando eu vou lá eu sinto o espírito das pessoas que trabalharam ali. Porque muita gente só olha com o olho físico, mas tem que olhar com o olho espiritual também né, as pessoas que trabalharam, de onde veio este metal, como foi construído, talvez quantas pessoas morreram ali... Buscar isso daí, essa história, essa essência. Eu já falei outra vez que quando minhas filhas se tornarem cantoras eu quero que elas façam um clipe ali em cima daquela ponte ali, pra vender a imagem de Salobra, Salobra precisa de uma identidade³⁰.

Por serem os monumentos remanescentes do processo ferroviário em Salobra, além de contribuir sobremaneira com ascensão econômica do povoado durante muitas décadas, existe uma nítida apropriação “vernacular” sobre os espaços que ali ficaram, porém, dentre os 8 (oito) bens imóveis provenientes da EFNOB valorados no estado³¹, nenhum se encontra no povoado de

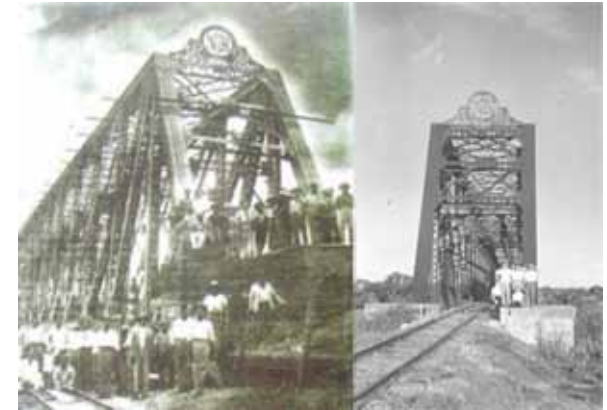


Figura 13 e 14. Trabalhadores posam ao lado da ponte no dia da sua finalização em 1931. Ferroviários na margem esquerda do rio Miranda, ao lado da ponte nos anos 1940. Fotos: Autores desconhecidos.



Figura 15 e 16. Vista de antigo escritório da EFNOB, edificação em alvenaria com fundação em pedras e telhado cerâmico, atualmente é utilizada como residência. Antiga caixa d'água para abastecimento das locomotivas, construída com concreto e metal, a mesma ainda apresentação o brasão da Noroeste do Brasil (NOB) e é considerada por alguns moradores como um ponto de referência. Foto: Vinicius Martins de Oliveira (2016).

Salobra – inclusive a própria ponte metálica –, de forma que, a antiga estação de trem se encontra lacrada e sem uso, enquanto edificações como oficinas, escritórios e vila dos ferroviários, vem



Figura 17 /e18. Tipologia típica de casa de ferroviário, apresenta tijolos aparentes e fachada avarandada, construída em alvenaria com telhado cerâmico, mantém o uso residencial. Antiga estação ferroviária. Foto: Vinicius Martins de Oliveira (2016).

sendo utilizadas como moradia, em algumas delas ainda é possível identificar as placas de patrimônio da RFFSA em sua fachada, e muitas de suas características arquitetônicas principais ainda estão preservadas, salvo por fatores ligados a ação do tempo, e a falta de manutenção adequada. (Figuras 15, 16, 17 e 18)

Por ser o *Lugar* um espaço que detém uma série de significado e relações estreitas com o passado e as construções culturais de um povo, podemos entender que o caso de Salobra apresenta uma situação em que a junção das memórias do grupo vem tentando ressignificar uma série de locais que foram destituídos dos seus usos originais. Assim, seria possível estabelecer uma estratégia de como aflorar a identidade local juntamente com a comunidade.

Acredito que exista uma tentativa de construir um discurso que esteja alinhado com uma prática social conjunta com estes grupos, e que tenha a finalidade de conscientizá-los de que a identidade *Salobrense* existe, e que as transformações condicionadas pelos usos e pelo tempo são parte de um processo necessário para a transformação e o amadurecimento dos espaços. (Figuras 19, 20, 21 e 22)

Em meados de agosto (data em que as entrevistas foram realizadas), foi formada a *Associação de Moradores do Povoado de Salobra*, organizado por gente que vive ali e com o apoio de ato-

res (políticos) vindos da cidade de Miranda, eu conversei com a presidente da associação e pedi para que ela me falasse um pouco sobre o projeto, a sua pauta e os objetivos

(...) Não tem nem 30 dias que começamos, **a primeira coisa que eu coloquei foi a identidade Salobra**, por nome nas ruas, número nas casas. Porque aqui, há 45 anos, eu sou o número 28, que é a caixa postal. Todo mundo é 28, então a primeira coisa que eu sugeri na reunião foi nome, (...) **A segunda coisa foi a educação ambiental**, aqui já é natural nosso da ecologia, **nós não jogamos lixo nos rios, nós pegamos lixo nos rios**, dos supostos turistas, para mim nem turista é, porque para nós o turista é aquele que vai contemplar e não destruir. (...) E aí nos vamos fazer a parte do urbanismo, que é a parte das flores, que eu sugeri, todo mundo plantar uma flor. Chegar aqui plantar uma flor, pra pessoa chegar e ver que este lugar tem dono, (...) nos vamos fazer oficina de pintura para a gente pintar o poste, as crianças fazerem a prática. **E outra é a música, porque assim, eu acho, que é a coisa mais importante para uma criança é a música**, (...) vamos fazer a aula de viola caipira que eu acho muito importante para resgatar a nossa cultura³².

Os *Salobrenses* reconhecem as suas terras como um Lugar criou elos afetivos e familiares com elas, pois se tornou a representação do seu sustento através da pesca pelos rios, e dos vários

32. Entrevista 007, concedida ao autor em agosto de 2016.



Figura 19 / 20 / 21. Vistas da ponte nos dias atuais, ela sempre é identificada como uma referência na paisagem, em terra ou na água. Foto: Vinicius Martins de Oliveira (2016).



Figura 22. Vista da ponte no horizonte a partir do rio Miranda. A composição vegetal preservada das margens aliada a construção humana formam a paisagem-Lugar do povoado de Salobra. Foto: Vinicius Martins de Oliveira (2016).

33. The capacity to control the heritage process – the experiences of place and the practices of remembering – that defines and gives meaning to constructions of identity is an integral element of the heritage process itself. Without control over this process, or a sense of active agency in it,

individuals and communities become subjected to received notions and ideas about who they are or should be – control is vital if the heritage process and the identities it constructs are to have real personal and cultural meaning for those associated or engaged with particular heritage places.

anos de constante evolução econômica em decorrência dos trilhos que ali estão instalados. Talvez o pequeno povoado não seja um patrimônio, ou então seja muito mais, algo ainda não explorado plenamente dentro do campo dos discursos autorizados em vigor no país. Existe a necessidade de se definir melhor qual é a sua identidade material atrelada às referências intangíveis locais, pensando em um processo de controle deste “Lugar-Patrimônio” como um instrumento de gestão, lembrando que

A capacidade de controlar o processo de patrimônio - as experiências de lugar e as práticas de lembrar que definem e dão sentido às construções da identidade - é um elemento integrante do próprio processo de patrimonialização. Sem controle sobre esse processo indivíduos e comunidades ficam sujeitos as noções e ideias externas sobre quem eles são ou deveriam ser - o controle é vital para que o processo de pa-

trímônio e as identidades possuem um significado pessoal e cultural real para os associados ou envolvidos com determinados sítios patrimoniais (SMITH, 2013, p. 297. Grifos meus)³³.

Talvez seja preciso revisitar as relações deste lugar com o turismo, entender que um plano de gestão cultural destas narrativas e o seu possível patrimônio envolvam uma reconstrução e revisão dos significados sociais destas pessoas (SMITH, 2013), a intangibilidade das referências culturais de Salobra, e a sobreposição de narrativas em tantas camadas de tempos e disciplinas tão distintas, sugere que seja possível trabalhar com o conceito de sistemas patrimoniais e culturais (TAMASO, 2015), buscando uma desnaturalização do processo de patrimonialização convencional, ao entender que é necessário que seja realizada uma identificação e mapeamento de tais elementos, narrativas históricas, espaços e lembranças com o intuito de se entender como lidar com uma produção metacultural, beneficiando a própria comunidade a partir do estabelecimento de políticas públicas embasadas em dinâmicas participativas que levem em conta os diferentes olhares sobre os espaços.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de. **Um trem corre para o Oeste**: Estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1950.

AZEVEDO, Paulo Ormino de, Inventário como Instrumento e Proteção: A experiência pioneira do Ipac-Bahia (1995). In. MOTTA, Lia. SILVA, Maria Beatriz Resende (org.) **Inventário de Identificação**. Rio de Janeiro. Iphan. 1998.

BERDOULAY, Vincent. Espaço e Cultura. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.) **Olhares Geográficos**. Modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 101-131.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937.

CASCUDO, Luis da Camara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 6º Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 1988.

CAMPESTRINI, Hildebrando, MENECOZI, Arnaldo Rodrigues, LAURINO, Ângelo Antonieta AthanázioLaurino, JUNIOR, Francisco José Mineiro. **Enciclopédia das águas de Mato Grosso do Sul**. Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul (IHGMS). 2014.

CHUVA, Márcia. **Fundando a nação**: a representação de um Brasil Barroco, moderno e civilizado. In. Topoi, v. 4, n.7, jul-dez. 2003. PP.313-333

FERREIRA, Luiz Felipe. **Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro. Território, 5 (9), 2000, p. 65-83.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. 7º Ed. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2005.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: Uma nova política de espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. Pag. 19-42.

MOTTA, Lia. Valor de Patrimônio e Saber Técnico Institucional. In: CUREAU, Sandra, KISHI, Sandra Akemi Shimada, SOARES, Inês Virgínia Prado, LAGE, Claudia Márcia Freire (Coord.). **Olhar Multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011. cap. 10.

RIBEIRO, Rafael Winter. Possibilidades e limites da categoria de paisagem cultural para a formação de políticas de patrimônio. In: Cureau, Sandra; ET AL (org.) **Olhar multidisciplinar sobre a efetivação da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Forum, 2011, p. 254-267.

ROLIM, Fábio Guimarães, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Complexo Ferroviário da Antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em Campo Grande, Mato Grosso do Sul**, 11 de dezembro de 2006, Instrução do Processo

de Tombamento/IPHAN, apresentação e justificativa da 18ª Superintendência Regional/IPHAN – MS.

RUBINO, S. **O mapa do Brasil passado**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro. Nº 24. P. 97-105. 1996.

SANT'ANNA, Marcia, **Da cidade-monumento à cidade-documento**: A norma de preservação de áreas urbanas no Brasil – 1937-1990. Salvador. Oiti editora. 2014.

SCHULZ, Christian Norberg, O fenômeno do lugar.(1963) In. NESBITT, Kate (org.) **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo. Cosac Naify, 2ª Ed. 2008.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo. Atlas. 2003.

TAMASO, Izabela. **A expansão do patrimônio**: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... Simpósio Memória, Cidades, Patrimônio, na 54ª SBPC. Goiânia, 2002.

TAMASO, Izabela. Relíquias e patrimônios que o rio Vermelho levou. In. **Antropologia e patrimônio cultural**: Diálogos e desafios contemporâneos. Bluenau, Nova Letra, p. 199-220. 2007.

TAMASO, Izabela. **Paradoxos da conservação patrimonial na cidade de Goiás** In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008. Porto Seguro - BA.

TAMASO, Izabela. Festas e procissões da cidade de Goiás: O patrimônio em movimento. In. **Anais do XXVI – Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo**. p. 1-17. 2011.

TAMASO, Izabela. **Os patrimônios como sistemas patrimoniais e culturais**: notas etnográficas sobre o caso da cidade de Goiás. In. Revista Antropológicas. Ano 19, 26 (2): p. 156-185, 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. New York, NY: Routledge, 2006

